



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)**

ELISA NUMALA CORREIA NUNES

PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA DIPLOMACIA

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

ELISA NUMALA CORREIA NUNES

PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA DIPLOMACIA

Trabalho de conclusão de curso submetido à universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira (Unilab), como requisito parcial para a obtenção do título do grau de Bacharel interdisciplinar em humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Mercia Guilherme Vitorino.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

ELISA NUMALA CORREIA NUNES

PARTICIPAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA DIPLOMACIA

Trabalho de conclusão de curso submetido à universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira (Unilab), como requisito parcial para a obtenção do título do grau de Bacharel interdisciplinar em humanidades.

Aprovado em: 01/11/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Juliana Mercia Guilherme Vitorino (Orientadora)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos R. da Silva

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	PROBLEMATIZAÇÃO	9
4	REFERENCIAL TEÓRICO	11
4.1	A MULHER NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E PÓS-LIBERTAÇÃO: QUESTÕES INICIAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	13
4.2	DIPLOMACIA ANGOLANA	15
4.3	AS MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER E, EM ESPECÍFICO, NA DIPLOMACIA ANGOLANA	17
5	OBJETIVO GERAL	19
5.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
7	HIPÓTESE	19
8	METODOLOGIA	20
9	CRONOGRAMA DE TRABALHO	21
	REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho fala sobre participação da mulher angolana na diplomacia, tendo como objetivo principal Investigar a presença das mulheres nas esferas de poder e decisão do Estado e, em específico, na área da diplomacia. Procurar entender através da pesquisa bibliográfica as causas que estão por de trás da pouca presença de mulheres nas esferas de poder e decisão do Estado. Os objetivos específicos são: Discussão das contribuições das mulheres na luta pela libertação e período pós-libertação; Discutir a questão da participação política das mulheres e, em específico, essa participação em Angola; Análise sobre as mulheres em espaços de poder e, em específico, na diplomacia angolana.

A diplomacia é um tema bastante discutido por vários pesquisadores a nível mundial, tanto como a questão de gênero. De igual modo procuramos saber quais as dificuldades que uma mulher enfrenta ao ingressar nessa área que é atuar como diplomata. Constituem a pergunta de partida com intuito de compreender as desigualdades de gênero na diplomacia angolana e para entender como as mulheres são vistas nessas áreas. Como mulher sempre me questioneei pela fraca presença de mulheres na diplomacia em Angola, pelo fato de muitos afirmarem que o lugar das mesmas é somente em casa e não na política e com isso hoje podemos notar poucos estudos sobre esse tema no meu país porque todas crescemos colocando em nossa mente que aí não é o nosso lugar mais sim para homens.

Por outro lado, nos interessa trazer para sociedade Angolana uma abordagem sobre os aspectos ligados a gênero e classe. Atualmente em Angola as discussões sobre gênero e classe para algumas mulheres não tem relevância, pois a mesmas entendem que chega a ser um desrespeito ao tradicionalismo ou melhor ao sistema patriarcal que às domina. Visto que existem alguns grupos de mulheres feministas que lutam para a igualdade de gênero na sociedade angolana e são vistas como rebeldes, tem encontrado bastante dificuldades naquilo que é o apoio da sociedade que tem levado muitas a desistirem desses movimentos. Essa pesquisa vem primeiramente com o intuito de contribuir na sociedade africana especialmente angolana e principalmente as jovens (mulheres) que estão presas na ideologia machista de que somos fracas e incapazes de exercer os mesmos cargos que os homens exercem.

Em suma, A diplomacia é nesse aspecto, uma instituição fundamental que visa reconciliar e harmonizar interesses nacionais divergentes através do diálogo internacional ajudando, por conseguinte, na interação dos diversos atores no sistema internacional.

2. JUSTIFICATIVA

O meu interesse em estudar esse tema surgiu quando fiz uma viagem à África do Sul, na qual conheci pessoas de diversos países e no nosso dia a dia conversávamos sobre vários temas da atualidade especificamente a diplomacia, por intermédio de várias perguntas dos meus colegas sobre a diplomacia angolana uma delas foi: Quantas mulheres ocupam cargos políticos no seu país? Desta feita surgiu-me então este desejo enorme de abordar mais sobre o tema e de representar futuramente o meu país em esferas internacionais num alto cargo político. Anos depois tive a oportunidade de ingressar a UNILAB e nela pude me relacionar ainda mais com pessoas de diferentes nacionalidades e essa experiência veio apenas reforçar aquilo que já estava dentro de mim. E hoje tenho a plena certeza de que um dia poderei representar o meu país internacionalmente.

Para não ficar apenas em sonhos, decidi então estudar sobre esse tema. De tal forma, chegou a oportunidade de realizar esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) para a obtenção do título do grau de Bacharel interdisciplinar em Humanidades.

A diplomacia é um tema bastante discutido por vários pesquisadores a nível mundial, tanto como a questão de gênero. Desta feita suscitou em mim um grande interesse em poder entender a relevância do tema especificamente em Angola.

Segundo (Domingos, 2016 apud António, 2018, p. 6), afirma que “Angola é um país que está situado na costa ocidental do continente africano faz fronteira a norte e nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, a sul com a Namíbia e a oeste com o oceano Atlântico. A República de Angola ocupa uma extensão territorial de 1.246.700 km² e está dividida administrativamente em 18 províncias e a sua capital é Luanda.” De acordo com o INE 2018 (Instituto Nacional de Estatística de Angola), Angola tem 29.250.009 milhões de habitantes na sua maioria são mulheres.

Angola que por muito tempo estava sobre jugo colonial português que durou em torno de 500 anos. Santos (2010) observa que:

O colonizador fez circular a ideologia de que tudo do nativo era ruim e sua religião diabólica. Este quadro foi se agravando e no final dos 500 anos de colonização, o povo angolano começou a organizar-se politicamente. “Na década de 50, a violência econômica dos portugueses e o terror militar, provocaram o nascimento de

movimentos nacionalistas. Dispostos a desafiar a dominação portuguesa. Em 1961, começou a luta armada dos movimentos o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União para a Independência Total de Angola) contra os colonizadores”. (GUIA DO TERCEIRO MUNDO, P.29 APUD SANTOS 2010, P. 42)

Tivemos muitas mulheres neste processo de libertação colonial, a começar por Kimpa Vita e Nzinga Mbandi, exemplos da resistência do povo angolano à invasão estrangeira, e Deolinda Rodrigues, Lucrécia Paim, Teresa, Irene Cohen e Engrácia, heroínas da luta de libertação do século XX. Foi também neste período, especificamente em 1962, que foi fundada a OMA (Organização da Mulher Angolana) como uma ala feminina do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. (SANTOS, 2010, P. 42). Nesta mesma linha de raciocínio, António (2018, p. 6) afirma que, o cessar fogo foi declarado no dia 11 de novembro de 1975 pelos três movimentos de libertação de Angola, MPLA (Movimento Popular Para Libertação de Angola.), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional Para Independência Total de Angola).

Esses três movimentos depois da libertação de Angola do jugo colonial Português, houve a impossibilidade da criação de um só governo Angolano. Desta feita iniciou-se então uma guerra civil entre eles com participações de diferentes forças militares estrangeiras¹. Esta guerra teve como o vencedor o MPLA que assumiu o poder desde 1975 até os dias atuais.

Tanto tempo de guerra levou o país ao desgaste e ao êxodo rural. As populações perderam sua estabilidade social e comunitária. As famílias começaram a se desfazer, não só porque a guerra era uma realidade, mas, sobretudo, por causa dos massacres constantes que aconteciam e pelas ideologias partidárias que circulavam por toda parte. (SANTOS, 2010, P. 44).

Por isso, a maior parte das mulheres angolanas são encontradas nos mercados ou dentro das casas como empregadas domésticas ganhando o equivalente a US\$ 50. Outras são encontradas nas esquinas das ruas trocando dólar; outras, como vendedoras ambulantes, vendendo desde o peixe, frutas, legumes, aperitivos, roupas, brinquedos, água gelada nos saquinhos, aos mais diversos produtos; outras são encontradas sentadas em frente às suas casas debaixo de tendas esperando serem pagas, pois são as chamadas muambara,

¹União Soviética e Cuba (Apoiando o regime do MPLA), Estados Unidos e África do Sul (Apoiando a UNITA), Antigo Zaire atual Congo (Apoiando FNLA).

discriminadas, mas que contribuem muito com seus produtos para a diversidade e o livre comércio, permitindo assim uma opção. São elas, na maioria, que asseguram a renda familiar. Custeiam os estudos dos filhos e mantêm seus maridos, muitos deles desempregados ou funcionários públicos que têm como salário básico o equivalente a quase 100 dólares, recebidos, na maior parte das vezes, com atraso de três a seis meses. (SANTOS, 2010, P. 47).

Como mulher sempre me questioneei pela fraca presença de mulheres na diplomacia em Angola, pelo fato de muitos afirmarem que o lugar das mesmas é somente em casa e não na política e com isso hoje podemos notar poucos estudos sobre esse tema no meu país porque todas crescemos colocando em nossa mente que aí não é o nosso lugar mais sim para homens. Em Angola a discussão sobre gênero não é muito frequente e desde criança nos nossos seios familiares somos treinadas em apenas mulheres para trabalhos domésticos e constituição de lares, o que incita em nós um certo desprezo em assuntos ligados a política. Visto que existem alguns grupos de mulheres feministas que lutam para a igualdade de gênero na sociedade angolana, essas mulheres que não são prestadas atenção e são vistas como rebeldes, tem encontrado bastante dificuldades naquilo que é o apoio da sociedade que tem levado muitas a desistirem desses movimentos por não encontrarem apoios da sociedade que ao contrário as julga

Hoje em dia algumas mulheres optam mais por cursos ligados a saúde porque entendem que o único lugar de destaque da mulher na sociedade angolana é somente em hospitais, podemos também observar um número bastante reduzido de mulheres na área da política, essas mesmas mulheres não ocupam cargos de destaques, porém essas mesmas mulheres que fazem parte da política algumas não se formaram em Angola por isso tem um outro olhar em relação a este assunto.

Essa pesquisa vem primeiramente com o intuito de contribuir na sociedade africana especialmente angolana e principalmente as jovens (mulheres) que estão presas na ideologia machista de que somos fracas e incapazes de exercer os mesmos cargos que os homens exercem. O meu trabalho na área da política visa discutir o reduzido número de mulheres e como elas são vistas e também como é feito o processo de acesso para elas nessa área, na área acadêmica servirá de material didático para os futuros pesquisadores que optarem por esse assunto e não só.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

A diplomacia é o exercício da negociação, tratados e acordos, arte e a prática das relações internacionais entre estados. A diplomacia é nesse aspecto, uma instituição fundamental que visa reconciliar e harmonizar interesses nacionais divergentes através do diálogo internacional ajudando, por conseguinte, na interação dos diversos atores no sistema internacional. Segundo FRITSCHÉ (2012, apud Soares e Alencar, 2016, p. 2) afirma que:

O primeiro indício da participação das mulheres como diplomatas ocorreu em 1507, na Espanha. Desde então, a presença feminina na diplomacia não obteve tanto destaque e a situação não apresentou progresso. Após 400 anos do caso espanhol, em 1933, apenas treze países haviam admitido a presença feminina nos serviços diplomáticos e consulares. Durante o período entre guerras, os Estados Unidos e a União Soviética eram os países que apresentavam os maiores índices de admissão de mulheres na diplomacia, mesmo sendo em pouca quantidade.

Com o passar dos anos, as mulheres foram conquistando seu espaço no mercado de trabalho, inclusive dentro da diplomacia. Contudo, quando lograram em garantir sua vaga, se depararam com diversos obstáculos que impediam sua permanência dentro do Ministério das Relações Exteriores. Por exemplo, até os anos 70, a carreira de mulheres na diplomacia nos Estados Unidos e na Inglaterra era restrita devido à proibição de funcionárias casadas nos quadros (MORIN, 1990 apud BALBINO, 2011). Nesta mesma linha de raciocínio, em Angola as questões de gêneros têm grandes implicâncias nas relações profissionais porque em muitos momentos o profissionalismo é avaliado pelo gênero e por isso ao longo do tempo as mulheres foram sempre vistas como sexo frágil.

Por outro lado, Balbino (2011) nos afirma:

O termo “gênero”, por sua vez, refere-se à identificação do indivíduo a um grupo sociocultural com papéis definidos, sendo a identificação um processo subjetivo complexo que envolve a relação psicológica do indivíduo com esses papéis. “Gênero” remete também a características da sociedade e a processos culturais, na medida em que os papéis, códigos, símbolos, atitudes, estereótipos, condutas, valores, tradições e costumes relacionados ao masculino e ao feminino variam no tempo e no espaço. Assim, o uso deste

último termo, mais corrente na literatura especializada, busca fugir do determinismo biológico. (BALBINO, 2011, p. 25)

Balbino (2011) apoiando-se em Beauvoir e Butler, descreve “para Beauvoir, o gênero não é uma construção imposta ao indivíduo, mas, antes, parte do processo mais amplo de construção da identidade individual. E, com a escolha do verbo que significa “tornar-se”, ressalta Butler, Beauvoir está intencionalmente permitindo a ambiguidade entre escolha e imposição: o que é recebido pelo indivíduo de sua cultura e o que ele cria, inova.” (BALBINO, 2011. P. 29).

Ainda FIGUEROA (2012) afirma que:

Ademais, ao assumir posições de destaque dentro da carreira, por se tratar de um cargo inserido em estrutura predominantemente composta por homens, as mulheres por vezes apresentam comportamentos considerados como masculinos, a fim de ganhar o respeito dos colegas de trabalho e legitimar sua posição de liderança. Algumas figuras que exemplificam este postulado dentro da política são Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, conhecida como “A Dama de Ferro”; a atual presidente alemã, Angela Merkel; a ex-presidenta brasileira, Dilma Rousseff; a presidente sul-coreana, Park Geun-hye; dentre outras. Esta incorporação de postura mais masculina mostra como as estruturas de poder existentes dentro e fora da carreira diplomática ainda reforçam práticas discriminatórias, o que acaba dificultando a ocupação de altos cargos por mulheres (RAHMAN-FIGUEROA, 2012 apud Soares, Alancar, 2016, p. 3).

O pouco número de mulheres na diplomacia deve-se também à pouca representatividade de mulheres diplomatas nas mídias. Santos (2002), afirma que, muitas delas são apenas representadas como funcionárias de empresas particulares e do governo, como professoras, engenheiras, médicas, enfermeiras, ministras e deputadas, mas são minoria. (SANTOS, 2002, p. 47). Batsikama (2016) por sua vez nos afirma que, nos dias de hoje essas vozes multiplicaram-se, e não se limitam apenas às antigas combatentes: nos espaços públicos, nas redes sociais e, timidamente na academia angolana, jovens mulheres proporcionam uma plataforma de discussão. (BATSIKAMA, 2016, p. 75)

As mulheres por conta desta invisibilização precisaram lutar para serem vistas como partes integrantes no processo de desenvolvimento económico, social e político da

humanidade. Segundo Batsikama (2016), as mulheres angolanas no passado quase mantinham um “silêncio simbólico” nas questões políticas. Elas eram aparentemente representadas pelos seus irmãos (mais velhos ou mais novos) de forma pública. Na verdade, foram elas as decisórias: os seus irmãos se limitavam apenas a cumprir as suas orientações. ((BATSİKAMA, 2016, p. 77)

Nesse modo de ideia, Soares e Alencar (2015, p. 3), afirmam que “O machismo se encontra presente em nossa sociedade e pode ser observado em diversos níveis interacionais. De acordo com a ONU Mulheres, o empoderamento das mulheres e a promoção da equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias; o impulsionamento dos negócios; a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças; e para o desenvolvimento sustentável”.

A partir desse entendimento constitui-se a pergunta de partida com o intuito de compreender as desigualdades de gênero na diplomacia angolana e analisar como as mulheres angolanas são vistas na área da diplomacia? Em conversa com algumas mulheres diplomatas angolanas, pude entender que o processo de candidatura para os cargos de Diplomata é feita a partir de concurso público, este mesmo concurso não é divulgado a público nem os resultados do mesmo, tudo é feito de forma bastante restrita o que acaba gerando desconhecimento a população e não há requisitos de curso, onde pude verificar também o nepotismo que tem (ajudado) bastante aquelas que tem familiares ou amigos com influências, em parte também acaba prejudicando muitas mulheres formadas nessa área.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse projeto será executado a partir de uma abordagem interdisciplinar dos Estudos Africanos, privilegiando as abordagem de Sociologia e História e Relações Internacionais.

Para Hountondji (2008, p. 140), quando falamos de estudos africanos, normalmente estamos a referir-nos não apenas a uma disciplina, mas a todo um leque de disciplinas cujo objeto de estudo é África. Entre estas incluem-se, frequentemente, disciplinas como a história africana, antropologia e sociologia africanas, linguística africana, política africana, filosofia africana, etc.

Na cosmogonia angolana, a mulher é socialmente considerada como responsável da primeira educação da criança, apaziguadora das instabilidades emocionais do marido e a garante do bem-estar familiar (garantir a cesta básica, higiene familiar, saúde familiar, etc.). A nível familiar e do clã social (ou mesmo territorial), a mulher é o centro da estabilidade entre várias famílias e clãs. (BATSIKAMA, 2016, p.75).

Por outro lado (Batsikama, 2016, p. 76), fala-nos de uma mulher que teve sua participação direta na luta pela libertação de Angola. Luzia Inglês natural de Luanda, é filha de Guilherme Inglês, reverendo da Igreja Metodista de Angola. Começou a tomar consciência dos movimentos nacionalistas ainda muito jovem. Filha de um pastor intelectual, a jovem Luzia Inglês tinha noção da importância de *know-how*, tecnicidade profissional ou acadêmica e “ideologias anticolonialistas” para alcançar a independência. Durante toda a luta de libertação, ela desempenhou as funções militares.

Com a Paz em 2002², o MPLA – partido no poder – interessou-se em implantar o modelo do seu Estado-nação proclamado em 11 de Novembro de 1975, e Luzia Inglês tinha através da OMA a maior responsabilidade de trabalhar nas políticas de inserção das representatividades femininas e de reestruturação da família angolana. Luzia Inglês terá traçado a sua estratégia, reunido o seu elenco e estruturado um plano de acção. A experiência militar lhe terá servido, de alguma forma. Para reestruturar a Família, era necessário instituir o Ministério da Família e Promoção da Mulher, por um lado. Por outro, era necessário forjar o Código da Família, servindo-se da força da lei para implantar um comportamento psicossocial aos Angolanos. Entre vários problemas identificados, notava-se a pobreza simbólica da mulher. A mulher não detinha potenciais capitais académicos, políticos, financeiros ou económicos. Essas faltas não resolviam o seu problema, de modo continuava vulnerável a todas violências possíveis. (BATSIKAMA, 2016, P. 84).

De acordo com Batsikama (2016, p. 85), em 2012, passados mais 11 anos, o quadro se apresenta da seguinte maneira: 36,5% das mulheres são parlamentares, 29,6% das mulheres eram ministras, há 2 mulheres governadoras, 11,23% das mulheres estão na administração municipal.

Na sua entrevista, Luzia Inglês é dessa opinião: Se as mulheres aumentarem o seu nível académico... pretendemos que muitas delas assumam cargos de responsabilidade a nível das comunas, municípios, províncias, não só no parlamento. A nossa luta, e

² O presidente da República depois de auscultação do conselho militar– prosseguia na promoção de Luzia Inglês à patente de General na reserva. Com esse novo capital muito significativo para um país pós-guerra onde o poder militar é sentido pelos civis, ela poderia defender os civis ao materializar – ainda que seja no ponto estratégico de criar as bases – as medidas sobre a “Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres” em vigor desde 1981 na ONU que estabelece o quadro institucional da *igualdade* entre homens e mulheres. (BATSIKAMA, 2016, P. 85).

quero que isso fique bem claro, não é para ocupar espaços com mulheres mas que, ao concorrer, a mulher mostre as suas capacidades, as suas habilidades, as suas competências, a sua capacidade de liderança e gestão. E fizemos o aconselhamento das mulheres neste domínio. (BATSIKAMA, 2016, P. 85).

Portanto, afirma Batsikama (2016) que, a presença da Mulher na Luta pela Libertação de Angola é inquestionável. A participação da Mulher na institucionalização do Estado-nação é evidente. Seria, de igual modo, interessante caso ela estivesse no epicentro da coesão familiar, que é a origem do Estado-nação, Modelo desta Mulher, e tantas outras que existem por aí no anonimato, constituiu um dos aportes da instrumentalização da imagem da “Mãe” para ressalvar os valores e transmiti-los às crianças e aos jovens. (BATSIKAMA, 2016, P. 87).

4.1 A MULHER NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E PÓS-LIBERTAÇÃO: QUESTÕES INICIAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A história recente das mulheres angolanas permanece amplamente desconhecida do discurso popular sobre a guerra.

Batsikama (2016), nos afirma que “Entre 1960 e 1975, a participação efetiva da Mulher na Luta de Libertação foi árdua e há uma instituição notória OMA (Organização da Mulher Angolana). Da independência de Angola (1975) até as primeiras eleições gerais (1992), a participação da Mulher é real nas Forças Armadas, na Administração pública ou no aparelho do Estado. Da celebração da Paz em Angola (2002) até as novas eleições legislativas (2008) e gerais (2012), os frutos da participação da Mulher são evidentes: Novo Código da Família, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Constituição de Angola de 2010.” (BATSIKAMA, 2016, p. 72). A respeito Ducados (2004), observa que:

A Organização da Mulher Angolana (OMA), criada em 1962 como ala feminina do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. Os relatórios sobre as atividades da OMA mostram que seus membros contribuía para a produção de alimentos para o exército guerrilheiro, organizavam campanhas de alfabetização e de cuidados básicos de saúde e transportavam armamentos e alimentos a grandes distâncias. Não há estimativas do número de mulheres que participavam do exército guerrilheiro da MPLA, mas os testemunhos orais indicam uma quantidade substancial. A OMA encarava o envolvimento e participação da mulher na guerra da

independência como sendo "um campo de prova em que todos os participantes eram exigidos a dar o máximo do seu esforço e desenvolver seus talentos e habilidades". Como em outras organizações femininas, a liderança da OMA incluía principalmente mulheres educadas com laços familiares fortes ou maritais com a liderança política do partido. (DUCADOS, 2004, p. 1).

Ainda Ducados (2004), nos afirma que existia uma outra organização de mulheres denominada Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA), "Por sua vez, a Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA), a ala feminina da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi fundada em 1973 e também desempenhou um papel importante na luta pela libertação. (DUCADOS, 2004, 2).

A versão corrente é que as mulheres que testemunharam o trabalho das alas femininas de outros movimentos africanos de libertação nacional instigaram a criação da LIMA. Em contraste com a OMA, as mulheres que ocupavam posições de liderança na LIMA não tinham laços de parentesco com a liderança da UNITA, devido ao temor de represálias sobre os maridos se as mulheres fracassassem nos seus esforços." (DUCADOS, 2004, p. 1).

A atividade das mulheres na UNITA durante a luta pela libertação envolvia o transporte de materiais, alimentos e armamentos para os homens na linha de combate. As cargas eram transportadas na cabeça e as distâncias eram longas. Suas atividades políticas consistiam principalmente na mobilização de pessoas e especialmente na adesão dos jovens à luta armada. As mulheres também eram treinadas como ativistas políticos. Durante a guerra civil após a independência, as mulheres continuaram em atividade em todas as frentes e a liderança da LIMA era notada em comícios políticos dentro e fora do país. O legado da guerra As mulheres sofreram as consequências diretas da guerra de maneiras diversas. Além do grande número de mulheres que morreram em consequência de combates, também se reconhece que muitas foram violadas por combatentes de ambos os lados. (DUCADOS, 2004, p. 2).

Para tanto, Ducados (2004), entende que a participação na vida política e envolvimento das mulheres nas iniciativas de paz como em tantas outras situações de conflito, as mulheres angolanas foram excluídas de uma participação significativa nas negociações formais de paz entre as partes em guerra. Nem a OMA, nem a LIMA foram capazes de ter um papel efetivo na promoção do fim da guerra. (DUCADOS, 2004, p. 2).

4.2 DIPLOMACIA ANGOLANA

Para Hill (2003), a diplomacia tem uma grande tarefa dentro de um Estado, a citar: 1) comunicação, uma atividade política da mais alta importância já que a diplomacia é considerada como detentora da capacidade de ser a força da sofisticação e cautela; 2) negociação, geralmente de extrema complexidade e onde os custos advindos são muito grandes; 3) participação em instituições multilaterais, parte importante em qualquer política exterior e onde estados e atores não estatais precisam saber se conduzir em um ambiente que requer um balanço dos interesses nacionais com os propósitos das organizações não governamentais; e 4) a promoção de bens econômicos, muito importante, haja vista que surge da necessidade de galgar a prosperidade nacional e de conduzir a política externa econômica do país.

A diplomacia no século dezessete era, claramente, segundo Holsti (2004), o desenvolvimento de uma instituição baseado na necessidade de manter contato e fontes de informações com unidades políticas consideradas nada confiáveis.

O século XX trouxe, também, além de suas inovações e desafios para as Relações Internacionais, a semente que influenciou algumas visões que acreditam que estes desafios afetaram as práticas diplomáticas e as estão tornando (ou já as tornaram) obsoletas (HOLSTI, 2004).

A primeira visão acredita que novas práticas, tais como a de contratar para tarefas do governo especialistas da academia, dos negócios, da mídia, e da política, o fim do monopólio de ministros do exterior sobre as relações entre governos, e o declínio do papel de embaixador como o principal condutor da comunicação entre governos (substituído por contatos diretos entre ministros), constituem uma tendência que leva à obsolescência. A segunda visão é de que a instituição diplomática está sobre ameaça física e que isso pode levar à invenção de outra forma institucional para substituí-la. Acredita-se que as normas que cercam a instituição estão sendo violadas tão sistematicamente que governos terão que inventar novas maneiras de conduzir negócios mútuos. Apontam que, o abuso de estabelecimentos diplomáticos e regulações através de espionagem, chantagem, sequestro, e coerção tem aumentado, e não diminuído, com o fim da Guerra Fria. A terceira visão defende que a diplomacia está em processo de se tornar obsoleta devido a novas invenções em comunicação e na mídia. Este argumento clama que, com as novas tecnologias da comunicação que permitem o contato instantâneo entre oficiais

do governo, com a televisão e organizações de notícia disponíveis para serem mandadas imediatamente para áreas com problema, o papel do embaixador e de sua equipe de prover informações e análise para os formuladores de política do mundo passou a ser seriamente comprometido. (LOPÉS, 2007, P. 21).

Com o encerrar da guerra civil angolana, cujo marco foi a assinatura do Memorando de Luena³ em 4 de abril de 2002, a recuperação das principais infraestruturas então destruídas pela guerra e as questões de paz e segurança ganharam caráter prioritário passando a dominar a agenda na definição das mais variadas políticas do Estado angolano. (CARVALHO, 2014, p. 33). Segundo Chikoti (2013), afirma que, Angola sempre desempenhou um papel importante e ativo na resolução de conflitos em África, quer pela forma como conquistou a liberdade e a soberania, quer pela experiência de guerra que marcou a sua história em 2002. (CHIKOTI, 2013). De acordo com Kissaca (2017):

A importância que o Estado angolano atribui às Organizações Regionais Africanas (ORA) vem desde a luta pela independência em África. É precisamente neste contexto que Angola aderiu primeiramente à Conferência de Coordenação para o desenvolvimento da África Austral (SADCC), na sequência das ações desenvolvidas pelos Estados da Linha da Frente (ELF) e, mais tarde, à Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Um facto muito curioso a este respeito é que a presença de Angola nestas organizações é notória desde a sua génese e em relação à Comissão do Golfo da Guiné (CGG). (KISSACA, 2017, p. 1).

Na mesma linha de raciocínio Kissaca (2017) ressalta que, “O facto de um país como Angola, que por um longo período se digladiou com as suas limitações a nível económico e de participação internacional, ter conseguido se afirmar como ator relevante nestas duas organizações (SADC e CEEAC), é bastante significativo para o estabelecimento e aprofundamento das suas relações com os outros Estados. Nota-se que a participação de Angola neste processo só obteve êxito, por ter apostado no estabelecimento de relações diplomáticas assentes no respeito mútuo e no diálogo como a melhor forma de combater os conflitos.”

³ O Memorando de Entendimento de Luena foi assinado a 4 de Abril de 2002 na capital da província onde pouco mais de um mês antes, o líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, acabara a sua fuga em direção à Zâmbia varado pelas balas das FAA. Também mudou o curso da história política angolana, pois, pela primeira vez, o povo angolano passou a vislumbrar um clima de paz efetiva. A paz finalmente alcançada é hoje o bem que o povo angolano mais preza e o epicentro da sua política externa. (KISSACA, 2017, p. 3).

Neste domínio, o “Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017”, elaborado pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial em 2012, salienta que os objetivos da Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional se baseiam nas seguintes prioridades políticas: a) Consolidar as relações com as instituições financeiras internacionais; b) Reforçar a posição geoestratégica de Angola na região e no mundo. (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2012, P. 89 APUD, KISSACA, 2017, P. 1).

E por esta razão, o Estado angolano tem conduzido as suas relações com os seus parceiros de cooperação internacional com base num comprometimento coerente com os interesses de Angola e dos angolanos, o que lhe tem permitido garantir a tranquilidade das suas fronteiras e concomitantemente colocar à disposição da União Africana (UA) a sua experiência de gestão e resolução de conflitos. (SANTOS, 2012, P. 115).

4.3. AS MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER E, EM ESPECÍFICO, NA DIPLOMACIA ANGOLANA.

Em Angola não existem políticas de ação afirmativa, ou seja, “cotas” que facilitem a entrada de mulheres em áreas “dominadas por homens”. Em conversa com uma mulher⁴ diplomata angolana, pude entender que o processo de candidatura para os cargos de Diplomata é feita a partir de concurso público, este mesmo concurso não é divulgado a público nem os resultados do mesmo, tudo é feito de forma bastante restrita, o que acaba gerando desconhecimento a população e não há requisitos de curso, onde pude verificar também o nepotismo que tem (ajudado) bastante aquelas que tem familiares ou amigos com influências, em parte também acaba prejudicando muitas mulheres formadas nessa área

A dominação masculina das estruturas de autoridade e de decisão são consideradas muitas vezes como algo natural, uma vez que as características masculinas são enaltecidas dentro do ramo diplomático e na conduta da política internacional (TRUE, 2005; RAHMAN-FIGUEROA, 2012 APUD BALBINO, 2011, P. 3). Percebe-se, portanto, que a carreira diplomática, assim como outras carreiras, é marcada pelas relações de gênero e pela estrutura patriarcal da diplomacia internacional. A marginalização da mulher nos mundos públicos e privados da diplomacia resultou na construção do preconceito institucionalizado, no qual a ideia de ter uma companheira mulher na carreira diplomática era inadmissível (TRUE, 2005; BANDEIRA DE MELO, 1982 apud BALBINO, 2011).

⁴ A entrevistada solicitou discrição da sua identidade por minha parte.

Conseqüentemente, as mulheres iniciaram sua luta por equidade e empoderamento dentro da diplomacia, assim como em diversas áreas (RAHMAN-FIGUEROA, 2012). A busca pela representação de todos os gêneros, raças e classes foi um dos elementos que permitiu a conquista feminina dentro da área diplomática, pois esta parcela de representação legitimava a prática da democracia de direito e de fato (ALEVAR, 2001 apud BALBINO, 2011).

De acordo com Lopes (2010), a mulher angolana teve um papel fundamental em diferentes momentos e situações; seja político, econômico, social ou cultural onde se fez prevalecer a sua garra, coragem e ousadia, através de processos de negociação política, enfileiramento junto às tropas em defesa da pátria, e manutenção das necessidades básicas de sua família e agregados, seja através do trabalho formal ou informal, como mãe, como guerrilheira, como militar ou apenas como mulher. (LOPES, 2010, P. 120).

Ducados (2004) por sua vez, afirma que, o maior obstáculo à realização das provisões constitucionais é que a sociedade angolana continua sendo predominante uma reserva masculina onde os direitos da mulher são frequentemente violados para preservação da estrutura patriarcal herdada dos valores tradicionais africanos. (DUCADOS, 2004). As mulheres envolvidas na tomada de decisões nacionais estão separadas da maioria das mulheres comuns pelo estilo de vida, classe e objetivos. E embora muitas mulheres angolanas considerem a criação do Ministério da Família e Promoção da Mulher um avanço real na batalha pelo espaço político, também se pode entendê-la como tendo ajudado a separar as questões da mulher do resto da agenda política do governo. (DUCADOS, 2004).

Segundo o INE (2018), a maioria dos habitantes correspondem o sexo feminino e a taxa de não-alfabetizados liderados pelos homens com 84% e as mulheres com 58%. Podemos observar um número bastante reduzido das mesmas ocupando cargos políticos e diplomáticos. Conforme o Jornal de Angola (2018):

O governo atual liderado pelo novo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, nomeio 30 ministros em que na qual 12 são mulheres. Entre elas: Silva Paula Lutucuta (Saúde), Bernarda Gonçalves Martins da Silva (Indústria), Victória Francisco Lopes Neto (Pescas e Mar), Ana Paula de Carvalho (Ordenamento do território e Habitação), Maria do Rosário Sambo (Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação), Maria Cândido Teixeira (Educação), Carolina Cerqueira (Cultura) e os 18 são homens ocupando os cargos de governadores das 18 províncias. E na área da diplomacia o

presidente nomeou 30 embaixadores e nesta lista apenas 8 são mulheres e os 22 são homens. (JORNAL ANGOLA, 2018).

Lopes (2010) por sua vez diz que, a mulher e o homem têm o mesmo ponto de partida, vivem os mesmos problemas, tanto sociais, políticos, econômicos, e desejam a mesma vida. E têm de ter os mesmos direitos e deveres, pois que todos fazem parte da mesma sociedade. Logo a mulher terá que perder o complexo de inferioridade, induzido pelo homem no tempo que a esposa era apenas um instrumento de procriação e escrava, um animal sem voz e nem ideias. (LOPES, 2010, P. 122). Por tanto, a carreira diplomática, assim como outras carreiras são marcadas pelas relações de gênero e pela ideologia patriarcal.

5 OBJETIVO GERAL

Investigar a presença das mulheres nas esferas de poder e decisão do Estado e, em específico, na área da diplomacia.

5.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discussão das contribuições das mulheres na luta pela libertação e período pós-libertação.
- Analisar a questão da participação política das mulheres e, em específico, essa participação em Angola.
- Discutir sobre as mulheres em espaços de poder e, em específico, na diplomacia angolana.

6 HIPÓTESE

A diplomacia é uma área majoritariamente frequentada por homens. Em Angola não é diferente, pois na sociedade angolana o machismo ainda é muito frequente, onde é muito forte o tradicionalismo e os cargos de cunho político são preenchidos por homens.

Hoje por intermédios da resistência de algumas mulheres, podemos observar um número ainda muito reduzidos de lugares ocupado por mulheres. Contudo, apesar das conquistas, as mulheres diplomatas ainda não ocupam grande parte dos altos cargos que o meio diplomático oferece.

7 METODOLOGIA

Para elaboração deste trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para coleta de dados na qual passaram por um processo de análise e interpretação. Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Porém, as fontes bibliográficas que nos interessam são artigos ou livros produzidos com tema de diplomacia, mulheres angolanas, luta pela libertação de Angola, etc. Para Severino (2007, p. 122) a pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Documentos esses que ainda não passaram por nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima na qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. Segundo Minaio (2001), “uma pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Porém, reciprocamente este estudo inflige uma essência qualitativa em grande medida, contextualizar o maior entendimento do problema a ser analisado.

Pretendemos igualmente fazer uso da pesquisa de campo para coleta de dados. Essa será feita a partir de uma entrevista semiestruturadas com oito angolanos (as) que fazem parte do corpo diplomático de Angola. A técnica para coleta dos dados não será apenas em forma de perguntas e respostas, considerando o correto entrosamento e definição do problema e dos objetivos da pesquisa como parte de dados a serem coletados. As técnicas de coleta de dados serão a entrevista e o levantamento de dados.

A entrevista é uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas dirigida por uma das pessoas, com objetivo de obter informações sobre a outra (MORGAN, 1988). No caso desta pesquisa, buscaremos conversar com mulheres diplomatas angolanas, a fim de compreender algumas questões específicas de seus trabalhos e, principalmente, do processo de inserção nesta carreira. Também serão feitos questionamentos sobre percepções destas diplomatas acerca das dificuldades encontradas por elas em seu ingresso, o que nos auxiliará a refletir sobre os entraves encontrados por mulheres angolanas que almejam ser diplomatas.

Segundo (MANZINI, 2003, p. 1), a entrevista semiestruturada é conhecida com semidireta ou semiaberta. Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado. A pesquisa de campo será realizada em Angola no

Ministério das Relações Exteriores e com mulheres e homens que exercem essa função de diplomatas.

Traçar perfil: Idade, escolaridade, profissão ou formação, se tem alguma outra participação política, se já tinham atuação pública antes, o que motivou a ser diplomata, reflexões sobre as dificuldades de uma mulher nesta carreira, como elas avaliam o ambiente de trabalho e o relacionamento com outros colegas de profissão.

8 CRONOGRAMA DE TRABALHO

Atividades a serem desenvolvidos	2017		2018	
	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre
Aulas presenciais, participação do grupo de pesquisa; orientações	X	X	X	X
Coleta de dados, leitura e fichamentos		X	X	X
Elaboração do pré-projeto			X	X
Elaboração do projeto				X
Entrega do projeto, defesa de TCC				

REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Alberto de Jesus /POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA EM TEMPO DE GUERRA E PAZ: **COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO**. Tese de Doutorado em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, orientada pelo Doutor António Martins da Silva, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 2013.

ANTÓNIO, Fernando Júnior Adão. CASAMENTO TRADICIONAL NA ETNIA BAKONGO: **KAMALONGO EM LUANDA- ANGOLA**. São Francisco do Conde – Ba 2018.

ALENCASTRO, C. **Diplomatas relatam casos de assédio dentro do Itamaraty**. *O Globo*, 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/diplomatas-relatam-casos-de-assedio-dentro-do-itamaraty-18186656>>. Acesso em: 14 Agosto. 2018.

BALBINO, V. R. *Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BATSIKAMA, Patricio. A MULHER NA LUTA DE LIBERTAÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO em Angola: o **Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem**. REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 25 / JUL-DEZ, 2016.

COOREDENAÇÃO DE APERFEÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR: CAPES- diretoria de avaliação- DAV. Documento de área, 2009. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>>. Acessado em: 04/07/2018.

CHIPUCA, Celestino Canganda. **COOPERAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA ENTRE ANGOLA E BRASIL (1975 – 2002)**. São Francisco do Conde - Ba 2018.

DUCADOS, Henda. **A mulher angolana após o final do conflito**. 2004. Disponível em: <<http://cef03gama5a.blogspot.com/2008/10/mulher-angolana-aps-o-final-do-conflito.html>> Acessado em: 25.09.2018

FRITSCHÉ, C. *Opportunities and challenges for women in diplomacy*. 2002. Disponível em: <https://lisd.princeton.edu/sites/lisd/files/Fritsche_Lecture.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos**: Duas perspectivas sobre os estudos Africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 149-160.

JOAQUIM, Mateus Bacavaca Tchipelekesse. **A Diplomacia Angolana e o seu Impacto na Vida do Cidadão de -1975 à Atualidade**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa 2017.

ONU MULHERES. *Princípios de empoderamento das mulheres*. (S.d.). Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>>. Acesso em: 19 Set. 2018.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os regressados na cidade de Luanda**: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola. Dissertação de Mestrado. PPGAS/USP,

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAHMAN-FIGUEROA, T. Celebrating the Rise of Women in Diplomacy. *Diplomatic Courier*, 2012. Disponível em: <<http://www.diplomaticcourier.com/2012/03/08/celebrating-the-rise-of-women-in-diplomacy/>>. Acesso em: 19 Set. 2018.

RICHARDSON. Roberto Jarry. **Pesquisa social**: Métodos e Técnicas/ Roberto Jarry Richardson - 3.º Edição, Revista Ampliada. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Ver e atual, São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Ingrid França Moares. ALENCAR, Kamila de Sousa Aber Athar. Igualdade de Gênero na Diplomacia: **A desigualdade de gênero na diplomacia como reflexo do cenário internacional**.

SANTOS. Virgínia Inácio dos. **A SITUAÇÃO DA MULHER ANGOLANA UMA ANÁLISE CRÍTICA FEMINISTA PÓS-GUERRA**. Vol. 16, nº. 16 (2010).